

# **Autonomia pela distância e participação - O Regime de Não-Proliferação Nuclear e o TNP na Política Externa Brasileira.**

Nahman M. M. Oliveira

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo compreender os argumentos à resistência e adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, instrumento do regime de não-proliferação nuclear, à luz da Política Externa Brasileira. O fio condutor da análise será observar o programa nuclear dentro dos períodos principais respectivos à resistência ao tratado, denominado *autonomia pela distância*, e à sua adesão, denominado *autonomia pela participação*, as condições externas do Sistema Internacional, bem como a estratégia dos governos concernentes a eles adotadas para enfrentá-lo e assim perseguir seus interesses. Admitimos a perspectiva de que a Política Externa Brasileira está arraigada em uma busca perene a fim de desenvolver o país, esse caráter não será desvencilhado no regime militar ou governos civis seguintes, cabe verificarmos o quadro internacional e suas transformações para chegarmos a uma conclusão sobre a postura adotada pelos formuladores de política externa no tocante ao TNP.

**Palavras-Chave:** política externa, autonomia, desenvolvimento, regimes, TNP, nuclear

**Abstract:** This paper aims to understand the arguments for resistance to and adherence to the Nuclear Non-Proliferation Treaty, an instrument of the nuclear non-proliferation regime, in the light of the Brazilian Foreign Policy. The guiding thread of the analysis will be to observe the nuclear program within the main periods related to the resistance to the treaty, called autonomy by distance, and to its adhesion, called autonomy by participation, the external conditions of the International System, as well as the strategy of governments concerning they adopted to face it and thus pursue their interests. We admit the perspective that the Brazilian Foreign Policy is rooted in a perennial search to develop the country, this character will not be unravelled in the following military regime or civilian governments, it is necessary to verify the international framework and its transformations in order to reach a conclusion on the posture adopted by foreign policymakers with respect to the NPT.

**Key-words:** Foreign policy, autonomy, development, regimes, NPT, nuclear

## **1. INTRODUÇÃO**

“Nenhum padrão de comportamento pode sustentar-se por qualquer período de tempo sem gerar um *regime* compatível”. Krasner (1982), ao refletir sobre a criação dos princípios, normas, regras e procedimentos sob cujo atores internacionais convergem<sup>1</sup>, destaca o liame entre o surgimento de um novo comportamento geral e a espontânea formação de constrangimentos que o regula. Este trabalho, à vista disso, tem por objetivo ponderar sobre o

---

<sup>1</sup> Conforme Krasner (1982, p.93), “os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores”.

regime de não-proliferação, especialmente, sobre seu instrumento de maior destaque, o TNP, à luz da Política Externa Brasileira. O regime de não-proliferação nuclear, nesse sentido, pode ser concebido por todas as propostas com a finalidade de impedir a propagação nuclear: a Agência Internacional de Energia Nuclear; o Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP 1968); *Strategic Arms Reduction Talks* (START: Junho de 1982- Julho de 1991); *Comprehensive Test Ban Treaty* (CTBT) - Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares (1996); *Nuclear Suppliers Group* (NSG) e *Missile Technology Control Regime* (MTCR) (WROBEL, 1986). Com efeito, a conclusão de Krasner pode ser observada através das mudanças ocorridas no sistema internacional desde a Primeira Guerra Mundial.

Os avanços da tecnologia militar e, particularmente, o uso da radioatividade, descoberta no século XIX<sup>2</sup>, nesse campo, trouxeram novos comportamentos no que se refere à guerra e conseqüentemente à formação de novos constrangimentos. No final da década de 1930, dois físicos germânicos, Otto Hahn e Fritz Strassmann, descobrem que o átomo de urânio havia *explodido* quando bombardeado por nêutrons. Este fenômeno é conhecido como fissão: separação em partículas ainda menores que o átomo, gerando alta energia e nêutrons adicionais capazes de serem bombardeados novamente e provocarem a mesma reação. Esse experimento é levado para os Estados Unidos por cientistas refugiados da Alemanha de Hitler e da União Soviética de Stalin e, no início do ano de 1939, Leo Szilard, um cientista húngaro, refugiado nos Estados Unidos que aprendeu sobre o processo de fissão antecipou uma preocupação de que armas atômicas<sup>3</sup> fossem produzidas por Hitler. Em razão disso, Szilard e outro cientista húngaro, Edward Teller, convenceram o físico Albert Einstein a escrever uma carta ao então presidente Franklin D. Roosevelt alertando-o sobre este perigo. Essa carta chegou ao presidente logo após o início da Segunda Guerra Mundial, mas pouco<sup>4</sup> foi feito sobre a “questão do urânio” por parte dos norte-americanos antes de *Pearl Harbor*<sup>5</sup>. A Grã-Bretanha, por outro lado, contava com um projeto teórico em andamento referente à

---

<sup>2</sup> “A descoberta da radioatividade no final de 1890 foi o sonho de um alquimista; um elemento químico poderia se decompor em outro em um processo de transmutação que gerava novas fontes de energia. Uma quantidade muito pequena de matéria, pelos cálculos de Albert Einstein de 1905, poderia ser transformada em uma quantidade muito grande de energia proporcional ao quadrado da velocidade da luz, uma constante” (WILLIAM; CANTELON, 1984, p.1, tradução nossa).

<sup>3</sup> Em 1914 um escritor de ficção científica, H. G. Wells escreveu um livro chamado “The World Set Free” em que antecipava a vinda, em 1950, de bombas atômicas.

<sup>4</sup> Tem-se o início do Projeto Manhattan ou *Manhattan Engineer District*: um esforço conjunto anglo-americano cuja finalidade era desenvolver uma bomba atômica. Foi oficialmente criado em 13 de Agosto de 1942. Em 2 de Dezembro de 1942, um time de cientistas liderado por Enrico Fermi conseguiram a primeira reação nuclear em cadeia controlada, em termos leigos “mini bomba nuclear”, daí em diante, vários testes foram feitos culminando na explosão teste Trinity em Julho de 1945, no deserto do Novo México; cf. Atomic Heritage Foundation, 2017.

<sup>5</sup> Ataque japonês à base naval norte-americana em Pearl Harbor, Havaí, em 7 de Dezembro de 1941.

bombas atômicas (1940-1941). Seus cientistas em um memorandum para o governo britânico concluíram que “uma quantidade relativamente pequena de urânio poderia constituir uma “massa crítica”, que, se devidamente reunida em velocidade suficiente, poderia produzir uma explosão equivalente a muitas milhares de toneladas de TNT” (WILLIAM; CANTELON, 1984, p. 2, tradução nossa). Nesse contexto, após *Pearl Harbour* em 1941, cientistas norte-americanos e britânicos se convenceram de que uma bomba nuclear não só poderia ser o meio pelo qual se ganharia a guerra, como poderia ser construída dentro de um período de três a quatro anos (WILLIAM; CANTELON, 1984). Em Agosto do ano de 1945, duas bombas atômicas explodem no Japão, colocando fim à Segunda Guerra Mundial e estreando o que é comumente reconhecido como a Era Nuclear.

Essa estrondosa inauguração provocou uma mudança nos paradigmas tradicionais da guerra e levou à formação de um regime de não-proliferação nuclear. A semente deste regime foi lançada cedo, na primeira resolução da Assembleia Geral da ONU, traduzida em uma reunião entre EUA, Grã-Bretanha e URSS para se discutir as consequências da descoberta atômica e resultando na criação do Comitê de Energia Atômica das Nações Unidas<sup>6</sup>. No plano interno, os Estados Unidos viam uma batalha entre a ala militar e científica para controle da energia atômica, cada um argumentando sobre a importância da nova arma ser colocada sobre seus auspícios. Os cientistas ganharam a batalha legislativa e a “*Atomic Energy Act*”<sup>7</sup> de 1946 patrocinada pelo senador Brien McMahon estabeleceu a *Atomic Energy Commission*, uma comissão independente, sob controle civil (WILLIAM, CANTELON, 1984). No plano externo, ambas as alas enxergavam o problema da propagação da tecnologia. Por conseguinte, no mesmo ano, busca-se agir no sentido de regular internacionalmente a energia. A primeira proposta nesse sentido foi a prescrita no *Acheson-Lilienthal report*, relatório no qual era sugerido às nações que eventualmente adquirissem armas nucleares, sujeitá-las a um ente internacional, responsável por inspeções, e durante essa transição, os Estados Unidos manteriam monopólio nuclear. Mais tarde, o presidente Truman pediu a Bernard M. Baruch<sup>8</sup> que escrevesse uma nova proposta de normatização na área nuclear baseada neste relatório, para apresentar à ONU em sua reunião do Comitê de Energia Atômica das Nações Unidas. A essência do Plano Baruch era a criação de mecanismos que impedissem a utilização bélica da energia, portanto, propôs a criação da *International Atomic Development Authority*, uma

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes conferir UNITED NATIONS (2021).

<sup>7</sup> “O Act criava a “Atomic Energy Commission (AEC), estabelecia o segredo absoluto sobre todos os assuntos que envolvesse o saber atômico, sendo passível de pena de morte quem o rompesse e centralizava todas as pesquisas nas agências governamentais, proibindo quaisquer iniciativas privadas, fossem pessoas ou empresariais.” (WROBEL, 1986, p. 31); ver também Uslaw.Link (1946).

<sup>8</sup> Preeminente banqueiro de Nova York e servidor público.

autoridade responsável por *todas* as fases do desenvolvimento nuclear, desde sua matéria-prima<sup>9</sup>, contudo houveram resistências ao plano, que não foi aceito (WILLIAM, CANTELON, 1984).

Na década de 1950 a ideia de um controle e monitoração do uso da tecnologia ganha novo impulso. O incentivo para tal era o cenário da Guerra Fria, em 1949 a União Soviética detona seu primeiro artefato nuclear: a *Joe I*, o que motiva mais pesquisas na indústria do armamento, e mais países a possuírem o desenvolvimento do átomo, especialmente sua utilidade bélica, uma verdadeira maratona atômica, a famigerada corrida armamentista. O resultado é a bomba de hidrogênio, mais potente que as empregadas na Segunda Guerra Mundial e o risco da destruição mútua assegurada. Em 1958, tendo em vista que os testes nucleares planejados estavam finalizados, o presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, anunciou uma paralisação voluntária dos testes nucleares, que foi seguida pela União Soviética. Mas essa paralisação não se prolongou por muito tempo. Ao fim de Agosto de 1961, semanas após a crise e construção do Muro de Berlim, Nikita Khrushchov<sup>10</sup>, anunciou que a URSS iria retomar seus testes e John F. Kennedy, já no seu segundo ano de governo, anunciou o retorno dos testes (TEIXEIRA, 2007). Foi só em 1963, após a crise dos mísseis de Cuba, e em vista da *destruição mutuamente assegurada*, que os norte-americanos uniram-se ao governo de Sua majestade rainha Elizabeth e a URSS para assinar o “*Limited Test Ban Treaty*”<sup>11</sup>, que baniu os testes nucleares na atmosfera, água ou espaço.

Em síntese, no período que se estende após o término da Segunda Guerra até meados da década de 1950, os norte-americanos intentaram, portanto, arranjos políticos para controlar os estoques de minerais atômicos e impedir a propagação das armas nucleares, aquilo que se conhece na literatura do desenvolvimento nuclear internacional como “política negativa” do monopólio nuclear norte-americano (WROBEL, 1986, p. 88): em 1946 a *Atomic Energy Act*, também conhecida por Lei McMahon, assegurava o segredo da tecnologia norte-americana no caso de cooperação com outros países; o relatório *Acheson-Lilienthal* recomendava controle internacional dos armamentos nucleares, isto é, as nações deveriam ceder seus artefatos sob auspício das Nações Unidas; até mesmo a criação do Comitê de Energia Nuclear das Nações Unidas, cuja finalidade era “lidar com os problemas levantados pela descoberta atômica”, e reunia os países armados nuclearmente e países como o Brasil, membro original desta comissão, por dispor de reservas de minérios radioativos (TEIXEIRA, 2007), como o

---

<sup>9</sup> Para mais detalhes ver Atomicarchive.com (1946).

<sup>10</sup> Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1953-1964.

<sup>11</sup> Para mais detalhes ver US. Department of State (1963).

tório— material inclusive exportado para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

O Programa Átomos para a Paz em 8 de dezembro de 1953 inaugurou “a segunda política, cuja finalidade é controlar o desenvolvimento nuclear de países como Argentina, Brasil e Índia” (WROBEL, 1986, p. 88). Conforme Wrobel (1986, p.71), “o fim do monopólio das armas atômicas, a partir da conquista soviética da bomba atômica e da muito mais poderosa bomba de hidrogênio que se seguiu, colocou os EUA frente a uma nova realidade, exigindo novas políticas”. Logo, essa nova política concebe o Programa Átomos para a Paz, e uma nova roupagem à *Atomic Energy Act* que através de uma emenda<sup>12</sup>, em 1954, permite a transferência de *know how* em matéria nuclear a outras nações para lutar contra o subdesenvolvimento. Por meio da cooperação, os Estados Unidos esperavam poder fiscalizar o desenvolvimento do átomo por outros países. O Programa Átomos para a Paz propõe que sob os auspícios das Nações Unidas, fosse criada a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), cujo papel seria zelar pelas reservas mundiais de urânio e materiais físseis e “a exploração destes materiais [...] contaria com a colaboração norte-americana” (WROBEL, 1986). Os principais pontos do plano foram:

- 1) encorajar uma investigação a nível mundial do uso pacífico dos materiais físseis, assegurando todos os instrumentos necessários para a condução das experiências apropriadas.
- 2) Começar a diminuir o potencial destrutivo dos estoques atômicos mundiais.
- 3) Assegurar aos povos de todas as nações que as grandes potências da terra, a leste ou a oeste, estão mais interessadas nas aspirações humanas do que na construção de armamentos para a guerra.
- 4) Abrir um novo canal para discussões sobre a paz, por meio de uma nova abordagem dos muitos e difíceis problemas que necessitam de resolução, através de conversações públicas e privadas que possam sacudir o mundo da inércia imposta pelo medo (WROBEL, 1986, p.74).

A terceira fase da política nuclear internacional sucede às conferências em Genebra sobre os usos pacíficos da tecnologia do átomo e à criação da Agência Internacional de Energia Atômica (1957) (WROBEL, 1986, p.88). Recapitulando, as sementes do regime de

---

<sup>12</sup> “[...] lei fundamental dos EUA sobre o uso civil e militar de materiais nucleares. Do lado civil, prevê tanto o desenvolvimento quanto a regulamentação do uso de materiais e instalações nucleares nos EUA, declarando a política de que o “desenvolvimento, uso e controle da energia atômica devem ser dirigidos de forma a promover o mundo paz, melhorar o bem-estar geral, aumentar o padrão de vida e fortalecer a livre concorrência na empresa privada”. A lei exige que os usos civis de materiais e instalações sejam licenciados e confere ao NRC (Nuclear Regulatory Commission) o poder de estabelecer por regra ou ordem e fazer cumprir os padrões para reger esses usos como “a Comissão pode considerar necessário ou desejável para proteger a saúde e segurança e minimizar o perigo de vida ou propriedade.” (United States Nuclear Regulatory Commission, 2021, tradução nossa)

não-proliferação foram plantadas logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, mas vieram a germinar com vigor a partir de meados de 1950. Até aqui, vimos o surgimento do regime, que deu luz a variados acordos e instrumentos em direção a regular o desenvolvimento da energia. Adentraremos em como esse regime, especificamente, seu expoente TNP foi recebido pelos governos brasileiros. O presente trabalho é dividido em três partes, após a introdução há o estabelecimento histórico da política externa brasileira do regime militar, período denominado na literatura de *autonomia pela distância*, enfatizando a política nuclear até o fim da Guerra Fria. Em seguida, prosseguimos com o período que se estende do Fim da Guerra fria à adesão do Tratado de Não-Proliferação em 1998 pelo governo FHC, destacando as mudanças externas do Sistema Internacional e internas do Brasil que levaram os governos civis tomarem novos rumos na Política externa, período conhecido como *autonomia pela participação*. Na seção final iremos assentar as informações acumuladas com a finalidade de provar a hipótese na qual a adesão ao TNP não se configura em uma ruptura de parâmetros da política externa brasileira, antes, é resultado orgânico dos constrangimentos da nova estrutura mundial que, por conseguinte, urge a adaptação de seus parâmetros com finalidade de sobreviver no plano internacional e buscar seus interesses.

## **2. DO CREPÚSCULO NUCLEAR AO FIM DA GUERRA FRIA**

### **2.1. FIO CONDUTOR DA SEÇÃO**

Embora houvesse a aspiração de alcançar a autossuficiência da tecnologia desde a década de 40, o desenvolvimento nuclear no país foi preterido até o regime militar. Devido aos objetivos e necessidades internos do Brasil que direcionaram suas prioridades à estabilidade econômica e política, logo, limitando o acesso aos recursos por parte do Tesouro como por capital estrangeiro, bem como a riqueza de recursos hídricos e potenciais energéticos que não gerava ansiedade para a obtenção da nova energia, ainda que alguns como o almirante Álvaro Alberto da Mota insistiram na necessidade da criação de uma política nuclear, e parte da ala Científica e Militar ambicionavam tal projeto, um projeto bem alicerçado e definido não encontrou espaço.

Com a ascensão do Regime Militar brasileiro, entretanto, o programa nuclear passou a ser parte essencial de um objetivo maior: alçar o Brasil ao status de grande potência. A energia nuclear não era cobiçada somente por sua provisão energética, mas por sua característica intrínseca, o “vetor desenvolvimentista” (SOUZA; CARMO, 2009,

p.394-395)<sup>13</sup>. O desenvolvimento do país afastaria o comunismo ao mesmo tempo que o país obtinha prestígio. Para seguir essa nova necessidade/objetivo concebido pelo regime, alinhamentos automáticos iriam dar lugar à distância, para que nenhum alinhamento indesejado viesse desvirtuar a política externa do projeto nacional. É observável que existe uma tendência ao americanismo—principalmente no governo de Castelo Branco (1964-1967)—por ter nos EUA a figura do líder do bloco ocidental, contrário ao fantasma do comunismo, razão pela qual, formalmente, motivou o golpe de 1964 e a instauração da ditadura. Entretanto, o período estendido de 1964 à redemocratização será reconhecido na literatura como *autonomia pela distância* pois uma agenda reativa protegeria a “possibilidade de um país periférico e semiperiférico resistir diante das pressões políticas e econômicas e agir de acordo com o “interesse nacional”, definido de modo soberano com base em seu processo político interno” (LESSA; OLIVEIRA, 2021, p. 110)<sup>14</sup> cujo ambiente de Guerra Fria não viabiliza. Nesse contexto, a multilateralização<sup>15</sup> será aprofundada nos governos do regime militar brasileiro, sendo mais enfático no governo Geisel e tendo continuidade por seu sucessor, Figueiredo.

## 2.2. DESENVOLVIMENTO

A descoberta atômica pós-bomba nuclear levanta grande interesse no Sistema Internacional, porém no Brasil, o tema só ganhará relevância na década de 60. Em razão de possuir uma indústria tímida, recursos naturais em abundância e uma mentalidade de exportador de matérias primas aliada à ignorância para com a potencialidades civis<sup>16</sup> do uso nuclear, para além de sua instabilidade econômica e política, a tecnologia do átomo não atraiu interesses significativos da classe governante (BATISTA, 2011). Com efeito, os acordos em matéria nuclear tangeram-se à exportação. O primeiro acordo nuclear nesse sentido foi feito ainda durante a Segunda Guerra Mundial, em 1945: o Brasil se comprometeu a garantir a venda, com exclusividade, de 300 toneladas anuais de areia monazítica - minério radioativo - para o Estados Unidos, pelo prazo de 3 anos, e que poderia ser prorrogado até dez vezes (WROBEL, 1986, p. 35). Tal acordo não exigia uma compensação dos Estados Unidos que viesse viabilizar o desenvolvimento da tecnologia nuclear nacional, o que provocou forte

---

<sup>13</sup> Para conclusões similares ver também ROSA (1985).

<sup>14</sup> Definição de autonomia conforme Antônio Carlos Lessa e Henrique A. de Oliveira

<sup>15</sup>“Por multilateralização das relações exteriores entende-se a busca de novos espaços, regionais e institucionais, para além dos relacionamentos tradicionais (que não são interrompidos), de atuação política e econômica [...] Este processo de mundialização permite [...] contornar uma dependência exclusiva face aos Estados Unidos, exercida no plano hemisférico.” (VIZENTINI, 2004, p. 10)

<sup>16</sup> Por potencialidades civis nos referimos ao uso nuclear na indústria, agricultura, área hospitalar, etc.

oposição a este em uma ala do governo liderada pelo almirante Álvaro Alberto - representante brasileiro no Comitê de Energia Atômica da ONU - que insistia na criação de uma política nuclear nacional, além de condicionar a exportação do minério à cooperação do país importador para o desenvolvimento autônomo da tecnologia, o que ficaria conhecido como a tese das compensações específicas.

Conforme Wrobel (1986), o almirante interpretou a importância da atuação do Estado para disseminar uma política científica, que à época, significava o conhecimento atômico em si mesmo. Logo, ele foi radicalmente contrário ao Plano Baruch (1946), que colocava sob auspício de uma agência internacional até mesmo a matéria prima radioativa—minérios radioativos, os quais Brasil possuía em quantidade considerável—e recomendou ao presidente Dutra (1946-1951), a:

- 1) Criação de um organismo de estudo e controle da energia nuclear;
- 2) Nacionalização das reservas brasileiras de urânio e tório;
- 3) Revisão das concessões já efetuadas para a mineração destas riquezas;
- 4) Controle das exportações destes minérios, impedindo a saída bruta deles do país, sem antes passar por algum processo de beneficiamento, que seria estimulado pelo governo às firmas nacionais interessadas.
- 5) Incentivo às pesquisas e atividades científicas sobre energia atômica (WROBEL, 1986, p. 168-169).

A tese tinha como base a ideia de que os minérios eram demasiadamente valiosos para se exportar somente a custo de dividendos. Era preciso uma compensação. O almirante Álvaro Alberto também reunia uma visão pragmática em direção às relações internacionais: o Brasil não tinha razão para se vincular somente a um parceiro para a venda do minério, “uma posição nacional independente exigiria [...] a autonomia de relacionar-se com qualquer outras nações que pudessem proporcionar o que o país necessitasse” (WROBEL, 1986, p. 45). Mas o governo decidiu que o recurso arrecadado com a exportação do minério seria preferível à cooperação nuclear, e em 1948 Dutra renovou o acordo com os Estados Unidos. Durante o segundo governo de Getúlio Vargas<sup>17</sup>, foi aprovado um projeto no domínio do CNPq<sup>18</sup> que previa a instalação de reatores de pesquisa e um para a produção de energia elétrica, além da

---

<sup>17</sup> Vargas também firmou outro acordo nuclear com os Estados Unidos em 15 de março de 1952 nos mesmos moldes do acordo renovado em 1948: *O Tratado de Assistência Militar*. Conforme o acordo, o Brasil garantiria “o fornecimento de manganês, urânio e areias monazíticas. Em troca, o Brasil receberia assistência militar e vantagens na aquisição de armamento norte-americanos usados” (VIDIGAL, 2021, p. 71)

<sup>18</sup> O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) foi criado em Janeiro de 1951, através da Lei 1310, e seu primeiro presidente foi o almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva. “Também estabelece o monopólio Estatal do comércio externo de minérios atômicos, além de fixar restrições à venda. O CNPq assumiu a formulação das políticas de ciência e tecnologia no país e a coordenação dessas atividades.” (CNEN, 2021)



ciência completa do combustível, com a cooperação da Alemanha, EUA e França (BATISTA, 2011).

Na breve passagem de Café Filho pelo governo (1954-1955), a esperança era de que os Estados Unidos mantivessem uma relação especial com o país em virtude da Segunda Guerra Mundial. Com essa visão um tanto quanto ingênua e em face da política positiva dos EUA em matéria nuclear devido o programa "Átomos para a Paz" haverá um alinhamento aos Estados Unidos relativamente sem oposições, bem como ocorreu no governo Dutra, o que configurou em acordos referentes à área nuclear<sup>19</sup>, que desaguarão, em razão de questionamentos à postura do presidente, no ano seguinte, 1956, em uma CPI nuclear, cujo resultado foi a orientação à: monopolização estatal sobre as ações nucleares, a centralização das decisões, e um acordo de exigências compensatórias se o Brasil viesse a exportar minérios radioativos para potências nucleares. Em sua ascensão ao governo, Juscelino Kubitschek em 1956, adota as diretrizes da CPI e estabelece a Comissão de Energia Nuclear, CNEN, dando início a uma organização da política nuclear nacional (BATISTA, 2011). Embora tenha-se tido assinatura do programa "Átomos para Paz" em 1957, a criação do Instituto de Energia Atômica (IEA) para instalação de um reator e desenvolvimento de pesquisas, e dá-se passos mais pragmáticos em direção à cooperação nuclear através da diversificação de parceiros: o Brasil entra em negociações com a EURATOM,<sup>20</sup> França e Paraguai a fim de trocar *know how* e suprimento de matéria-prima (CNEN, 2021), os investimentos pesados seriam delegados para outras áreas, em prol do 50 anos em 5, de forma que outros institutos seriam responsáveis pelos estudos na área, sem controle por parte da CNEN. Durante os anos da Política Externa Independente<sup>21</sup> uma breve continuidade foi

---

<sup>19</sup> 3º e 4º Acordos EUA-Brasil: Tório-Trigo (CNEN, 2021); Agosto de 1955 é assinado o Programa de Cooperação para o Reconhecimento e a Investigação do Urânio no Brasil; Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento da Energia Atômica com Finalidades Pacíficas. (WROBEL, 1986)

<sup>20</sup> "A Comunidade Europeia da Energia Atômica ou EURATOM foi instituída no ano de 1957 por Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo devido à sua carência energética, com a finalidade de a)promover a investigação e assegurar a difusão dos conhecimentos técnicos; b)estabelecer normas de segurança uniformes com vista a proteger a saúde da população e dos trabalhadores da indústria; c)facilitar a investigação; d)garantir que os materiais nucleares não são desviados para fins diferentes daqueles a que se destinam, em particular militares." (PARLAMENTO EUROPEU, 2021)

<sup>21</sup> Denominada por San Tiago Dantas, é o período da PEB que abrange o governo de Jânio Quadros e João Goulart, e tem por eixos principais: "1) Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre; 2)Ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista; 3)Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial; 4)Expansão do comércio externo brasileiro; 5)Apoio decidido ao anticolonialismo; 6)Incremento das relações com a Europa, em todos os planos; 7)Luta contra o subdesenvolvimento econômico; 8) Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às Nações da África e da Ásia; 9)Estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos; 10) Fidelidade ao sistema interamericano; 11)Continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana; 12)Apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano; 13) A mais íntima e completa cooperação com as Repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos; 14) Relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do

seguida por Jânio Quadros no que se refere à política nuclear, o governo de Goulart, por sua vez, desvia-se da linha tradicional até então adotada sobre a energia atômica, renunciando arbitrariamente o desenvolvimento nuclear e a fabricação de armas, além de se posicionar assertivamente a projetos de não-proliferação e em 1962, na XVII Assembleia Geral das Nações Unidas, propor, através do chanceler brasileiro Afonso Arinos, a criação da Zona Livre de Armas Nucleares, na América Latina, fechando um ciclo no qual a política nuclear fora de certa maneira escanteada (BATISTA, 2011).

Conforme Vigevani *et al.* (2003), existem parâmetros tradicionais na política externa brasileira: pacifismo, respeito ao direito internacional, defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção e pragmatismo. Estes mesmos parâmetros dão sentido tanto para as políticas protecionistas e agenda reativa até o ano de 1988, o que é comumente entendido na literatura como *autonomia pela distância*, quanto a partir de 1988, políticas de participação na construção de novas normas e pautas dentro da ordem mundial, isto é, *autonomia pela participação* ou *integração*. Desta forma, percebemos que a tradição diplomática brasileira tanto quanto o discernimento do Sistema Internacional no decorrer do regime militar brasileiro irá refletir a rejeição ao Tratado de Não-Proliferação (VIDIGAL, 2021).

Os militares possuem uma ideia muito específica para o Brasil no âmbito internacional, “a política externa do Brasil deixou de ser mero e variável fator de circunstância, manipulado com mesquinhos objetivos de demagogia interna, para se transformar em um vigoroso instrumento para consecução da *grandeza nacional*” e, o caminho “não é outro senão o de assegurar ao Brasil o acesso a todos os meios necessários ao desenvolvimento, segurança e bem estar nacionais”; a criação de um Brasil potência, puxado pelo progresso científico-tecnológico cujo desenvolvimento nuclear era motor, torna necessária a não adesão “às atitudes de qualquer grande polêmica, nem mesmo das potências guardiãs do mundo ocidental. Em relação à essas devemos distinguir entre o que representa a preservação dos interesses básicos do sistema, e o que exprime interesses específicos de uma grande potência” (VIZENTINI, 2004, p.29)<sup>22</sup>. O imbricamento entre desenvolvimento e ciência nuclear era pensamento antigo do almirante Álvaro Alberto. Apesar do discurso

---

progresso democrático e social das Américas; 15) Apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica” (MUNIZ, 2010)

<sup>22</sup> Discurso do presidente Castelo Branco na posse do chanceler Vasco Leitão da Cunha. (VIZENTINI, 2004, p.29, grifo nosso)

supracitado ser proveniente do presidente<sup>23</sup> mais superficial na autonomia em termos de distância, cuja política externa ainda é acoplada aos Estados Unidos e à adesão aos princípios e valores da Guerra Fria (VIDIGAL, 2021, p.89), já se contorna novas políticas em formato de discurso para que a fidelidade ao ocidente não fosse confundida a um alinhamento automático e constrangedor.

O contexto internacional das décadas de 1960, a crise cubana dos mísseis e a posterior *détente*, a ampla divulgação das utilidades civis do desenvolvimento nuclear além da eletricidade e a maior viabilidade de enriquecer urânio descoberta por um avanço na tecnologia de reatores, alterou a perspectiva concernente a tecnologia de vários governantes (BATISTA, 2011). Acreditava-se que dominar essa tecnologia poderia promover o desenvolvimento do país, portanto, à medida que o regime de não-proliferação era interpretado como forma de restringir o sonhado desenvolvimento que levaria ao Brasil o status de potência, o Brasil se esquivou a aderir, isso é observável pela postura contestatória do país em relação às ZLAN, proposto no governo de Goulart. O Brasil, seguido pela Argentina<sup>24</sup>, argumentou a favor das explosões pacíficas<sup>25</sup> e também criticou a postura de desnuclearização voluntária, justificando que uma medida de renunciar o desenvolvimento da tecnologia e suas armas não poderia ser feita à revelia da desnuclearização mundial. Sobre os testes nucleares feitos pela França, em 1966, o chanceler Juracy Magalhães se pronunciou “preferia que nenhuma prova atômica tivesse lugar, mas não faremos qualquer pronunciamento oficial, se não a divulgação da posição brasileira a favor da desnuclearização do mundo” (VIZENTINI, 2004, p.24). Ainda no governo Castello Branco o Tratado de Tlatelolco ficará pronto, e dentro de dois anos, o texto do Tratado de Não-Proliferação. Mesmo que existam dois anos de *gap*, o debate sobre assinatura e ratificação dos tratados se sobrepõe ao longo do governo Costa e Silva (1967-1969).

A política externa no governo de Costa e Silva representou uma conversão do “alinhamento automático” anterior com vista a novas parcerias políticas e econômicas, pois, a percepção geral dos responsáveis pela política externa era de que a *détente* Leste-Oeste (1962-final da década de 70) havia destacado um novo antagonismo, Norte-Sul: nações

---

<sup>23</sup> Dentro do regime militar a gestão de Castello Branco não mostrou as características distintas do período; “Amado Cervo (1992)[...] refere-se ao período como “um passo fora da cadência” (p.332) e Paulo Vinentini como uma “política externa interdependente” (2004, p.21). Leticia Pinheiro o inclui dentro do “paradigma americanista” (2004, p.37), mostrando que, ao observar a trajetória da política externa até o momento, o período castelista se constituiu por uma profunda revisão para adequação do componente ideológico que legitimava o novo governo” (LUIZ, 2011, p.4).

<sup>24</sup> Reunião da comissão especial da OEA, ocorrida no Panamá em março de 1966.

<sup>25</sup> As explosões nucleares, aparentemente, também serviam para abrir canais, explodir montanhas, mudar o curso dos rios, irrigar desertos, etc. Ver por exemplo Nordyke (1996)

desenvolvidas versus nações subdesenvolvidas. Essa clivagem vai ser usada para justificar a recusa à adesão do Tratado de Não-Proliferação (VIZENTINI, 2004; VIDIGAL, 2021). O Tratado de Tlatelolco, o qual o Brasil era signatário (1966) e cuja ratificação ocorreu em 1968, era considerado pelos países propositores do TNP como um “TNP regional” (BATISTA, 2011). Mas a chancelaria brasileira enxergou a discrepância entre os dois. Segundo Araújo de Castro, em uma palestra em Washington em 1971, o TNP expressava a política de poder dos países nuclearizados, na tentativa de congelar a estrutura do poder mundial:

[...] o Tratado de não proliferação de Armas nucleares, [...] se baseia em uma teoria de diferenciação entre nações adultas responsáveis e não adultas. A premissa fundamental desse documento é que contrariamente à experiência histórica, o poder gera a moderação e o poder traz consigo a responsabilidade. [...] A presunção generalizada é de que o perigo está nos países desarmados e não nos vastos e sempre crescentes arsenais das superpotências. [...] *O tratado consagra o poder e é uma institucionalização sem disfarce da desigualdade entre os Estados* (CASTRO, apud TEIXEIRA, 2007).

Com efeito, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear foi considerado como meio das nações ricas nucleares protelarem o progresso dos países não-nucleares ao impedir que desenvolvessem a tecnologia, congelando a estrutura de desigualdade existente, como argumentou Araújo de Castro. O Tratado de Tlatelolco, entretanto, foi interpretado como uma “tentativa legítima de configurar uma Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina” (BATISTA, 2011, p.38). Ademais, concedia abertura aos países para expressarem suas ressalvas, como de fato ocorreu em relação ao Brasil, com forte apoio da Argentina; para que o Tratado fosse ratificado, o Brasil exigia o cumprimento do artigo 18, o qual reconhece o direito das partes contratantes de realizar explosões pacíficas, contudo, as potências nucleares foram laconicamente contrárias (WROBEL, 1993). O Brasil ratificou o tratado em 1968, mas não se tornou membro efetivo pois suas exigências contidas no artigo 18—assinatura e ratificação do Tratado por todos os países do hemisfério e das potências nucleares—não foram cumpridas (BATISTA, 2011).

A política nuclear encontrou no governo Costa e Silva e em sua Diplomacia da Prosperidade<sup>26</sup> grande apreço:

---

<sup>26</sup> A estratégia adotada pelo governo Costa e Silva é denominada Diplomacia da Prosperidade porque significava a “passagem da prioridade da segurança para o desenvolvimento e a percepção de que o desenvolvimento, ao invés de condicionado à ajuda externa, deveria ser resultado de um processo endógeno” portanto, levaria a política externa identificar e remover os obstáculos para esse objetivo. (VIZENTINI, 2004. p. 84)

[...] desejo mobilizar a nossa diplomacia em torno de motivações econômicas, de maneira a assegurar a colaboração externa necessária para a aceleração do nosso desenvolvimento. [...] Estamos convencidos de que a solução dos problemas do desenvolvimento, que condiciona em última análise, a segurança interna e a própria paz internacional. [...] um povo não poderá viver em clima de segurança enquanto sufocado pelo subdesenvolvimento e inquieto pelo seu futuro. Não há tampouco, lugar para segurança coletiva em um mundo em que se acentua o contraste entre a riqueza de poucos e a pobreza de muitos. [...] Daremos assim, prioridade aos problemas do desenvolvimento. [...] havendo de *particular importância a cooperação necessária à rápida nuclearização pacífica do país*. [...] Devemos ter consciência de que o programa do nosso desenvolvimento tem de ser feito no quadro da *revolução científica-tecnológica*, que abriu para o mundo a idade nuclear e espacial. Nessa nova era que começaremos a viver, a ciência e a tecnologia condicionarão cada vez mais não apenas o progresso e o bem-estar das nações, mas a sua própria independência. [...] a energia nuclear desempenha papel saliente, sem dúvida, será o mais poderoso recurso a ser colocado ao alcance dos países em desenvolvimento, para reduzir a distância que os separa das nações industrializadas. [...] estamos convencidos de que, [...] deveremos dar passos concretos para afixar um segundo processo de integração latino-americana em torno da utilização da energia nuclear. A meta é colocar a serviço da melhoria das condições de vida do povo as forças portentosas que concentram no átomo. Repudiamos o armamento nuclear e temos consciência dos graves riscos que sua disseminação traria à humanidade. Impõe-se, porém, que não se criem entraves imediatos e potenciais à plena utilização, pelos nossos países, da energia nuclear para fins pacíficos. *De outro modo, estaríamos aceitando uma outra forma de dependência certamente incompatível às nossas aspirações de desenvolvimento* (COSTA E SILVA, 1967 *apud* VIZENTINI, 2004, pp.87-91, grifo nosso).

Foi, portanto, em seu governo que a política nuclear teve prioridade, sujeitou a CNEN ao Ministério das Minas e Energia, criou um Grupo de Trabalho Especial para a construção da primeira usina nuclear, comprou reatores com os Estados Unidos (Angra I) (CNEN, 2021). Contudo, a desejada autonomia no desenvolvimento da tecnologia não avançou. O presidente firmou contrato com a empresa norte-americana *Westinghouse Electric* para a compra dos reatores, mas o urânio enriquecido deveria ser fornecido somente pelos Estados Unidos, e o contrato não previa nenhuma transferência de tecnologia. Em 1970, o governo Médici fez uma licitação internacional para a construção da usina nuclear em Angra dos Reis, motivo pelo qual o reator Angra 1, havia sido comprado no governo anterior, pois a construção da usina agora fazia parte do primeiro PND. Novamente, tal contrato não previa a transmissão da tecnologia. Ao fim, todos os acordos ainda mantinham o Brasil à mercê da boa vontade dos Estados Unidos para transferência de conhecimento, o que não houve, e para fornecimento do combustível, o que sofrerá uma interrupção devido a primeira crise do petróleo em 1973 (BATISTA, 2011).

A crise do petróleo em 1973 impulsionou a busca de autonomia energética por praticamente todos os Estados. Devido ao choque os Estados Unidos interromperam a

exportação de reatores e de combustível excedentes para não só o Brasil, mas também a Alemanha, que havia dominado a tecnologia dos reatores nucleares mas necessitava do fornecimento do urânio enriquecido para seu próprio projeto nuclear. A Alemanha já sondava o Brasil como potencial fornecedor ainda no fim das décadas de 1960 - inclusive, assinam em 1969 o Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica - bem como, tendo em vista suas carências, entra em consórcio com Inglaterra e Holanda em 1970 na criação da Urenco, cuja finalidade era providenciar urânio enriquecido através da ultracentrifugação. Mas é no contexto de 1973 que um acordo com o Brasil de cooperação, trocando tecnologia - e a construção de usinas nucleares no país - por urânio enriquecido, uma vez que o processo tenha sido dominado pelo Brasil, se torna sobremodo promissor. Mas este acordo não foi bem recebido em Washington, as negociações se arrastaram de forma sigilosa até 1975, no governo de Geisel, quando foi concluído (BATISTA, 2011).

A relação com os Estados Unidos no governo Geisel foi dirigida e também abalada pela questão nuclear. Os Estados Unidos não se encontravam satisfeitos com o governo militar brasileiro e suas novas diretivas, sendo inclusive pauta de política externa dos candidatos à presidência dos Estados Unidos. Em 1976 o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei na qual se condicionava a ajuda militar norte-americana à proteção dos direitos humanos, o que foi usado pelo presidente eleito em 1976, o democrata Jimmy Carter(1977-1981). Essa lei impactava o Tratado de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos em vigor desde 1952<sup>27</sup>. Também dão início a uma forte pressão para que o acordo entre Alemanha e Brasil não atingisse sua finalidade fazendo contrapropostas, em 1977, ao Brasil e também à Alemanha, para que abandonassem o Acordo. Durante todo o governo de Geisel e a gestão de Jimmy Carter o Brasil sofreu pressão em relação ao Acordo Nuclear com a Alemanha, o desentendimento na área aliado à nova legislação que vigorou em 1974 no Congresso Americano, teve como resposta de Geisel a denúncia ao Tratado de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos em Março de 1977 por considerar as atitudes norte-americanas como ingerência nos assuntos domésticos brasileiros (BATISTA, 2011; VIDIGAL, 2021). Em 1978, os Estados Unidos tentaram impor salvaguardas para o fornecimento de urânio para Angra I - projeto que remonta à gestão Costa e Silva e o PND de Médici - e cobrar multa caso o país procurasse outro fornecedor. Todavia, embora o Acordo com a Alemanha tenha

---

<sup>27</sup> “[...]de acordo com a legislação vigente nos EUA — seção 502-B do Ato de Assistência Externa de 1961, ratificado pelo presidente Gerald Ford em junho de 1976 —, o Departamento de Estado tinha que fornecer ao Congresso um relatório sobre a situação dos direitos humanos em cada um dos países que recebiam assistência para segurança (*security assistance*) dos EUA.” (FGV CPDOC, 2021); Para mais detalhes conferir USAID (1961); Ver nota de rodapé 17.

representado um marco no programa nuclear brasileiro, não verá a luz do dia. Geisel ainda contava com os resíduos expressivos da época do Milagre Econômico (1969-1973), o que garantia uma parca segurança para dar seguimento à política nuclear, e, se posicionar de forma contrária aos Estados Unidos. Internamente, o Programa Nuclear brasileiro oficial após o Acordo com a Alemanha encontrou oposições marcantes. Alguns grupos nacionalistas eram opostos ao Acordo devido ao caráter sigiloso que o mesmo assumiu, e isso inclusive foi utilizado pelos Estados Unidos para colocar a sociedade internacional contra o programa oficial do Brasil—a partir das décadas de 1970 é notado uma crescente globalização, e a gradual mudança de discursos para o âmbito do *soft power*, especialmente no que se refere à proteção dos direitos humanos e os princípios éticos que fundamentam o regime de não-proliferação—logo, ao fim da década de setenta, é criado um Programa Nuclear Paralelo, articulado pelo Serviço Nacional de Informação e pelos descontentes com o Acordo BR-RFA, em conjunto com a CNEN e Companhia Siderúrgica Nacional e cooperação também do Iraque e da Alemanha com a finalidade de obter o ciclo completo do combustível por ultracentrifugação (BATISTA,2011).

Em síntese, o governo de Geisel é ligado ao início da abertura política brasileira, que ocorreu de forma gradual culminando na redemocratização; internamente o novo governo começou a travar uma batalha contra a linha dura, encaminhou a restauração das liberdades públicas, o AI-5 deixou de vigorar, restaurando direitos individuais e o sindicalismo (FAUSTO, 2002). No plano externo seguiu o famoso pragmatismo responsável que segundo Vidigal (2021) exerceu a autonomia através de variadas formas, “pela distância, ao considerar os desígnios de Washington” observado através da questão nuclear; “pela participação, ao fazer-se presente em foros internacionais e regionais, [...] por ocasião da Noei<sup>28</sup>” e “pela diversificação, ao multiplicar parcerias comerciais e interlocutores políticos” (p.100), na gestão de Geisel, se buscou o estreitamento das relações com a Europa Oriental, Alemanha, França, Japão, nações africanas e asiáticas (VIDIGAL, 2021).

Fausto (2002), afirma que o período Figueiredo combinou dois traços: “a ampliação da abertura política” e “o aprofundamento da crise econômica” (p.278). O financiamento do Tesouro Nacional deu sobrevida ao Programa Nuclear Oficial na gestão de Geisel, porém a crise econômica que se seguiu no governo de seu sucessor, em virtude do segundo choque do

---

<sup>28</sup> Em Maio do ano de 1974 a ONU adotou um programa de ações para a construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei). Essas ações foram resultado da visão das dificuldades dos países em desenvolvimento obterem cooperação na área econômica, portanto, reuniões foram realizadas, as quais o Brasil compareceu, para que o tema fosse debatido, uma destas reuniões ocorreu em 1975, a Conferência sobre Cooperação Econômica, realizada em Paris, e que deu início aos diálogos Norte-Sul (VIDIGAL, 2021)

petróleo e um modelo econômico—Estado fortemente presente—que não estava encontrando espaço na nova conjuntura internacional que se configurava, impediu que o programa fosse viabilizado. Não somente os recursos financeiros minguaram como também a demanda por energia não conservava a necessidade de mais duas usinas nucleares. Por isso, Angra 2 e 3<sup>29</sup> foram interrompidas. O Programa Paralelo, em vigor desde 1978, foi a alternativa que o governo encontrou para continuar o desenvolvimento da tecnologia pois não demandava altos investimentos (BATISTA, 2011). No que se refere às relações bilaterais com a Argentina, o governo de Figueiredo herdou um contencioso que remonta, especialmente, a construção da usina de Itaipu, em razão disso, a despeito dos dois países disporem de opiniões convergentes em relação à matéria nuclear como o direito às explosões pacíficas e ao desenvolvimento autônomo da tecnologia, a justificativa de não adesão ao TNP devido ao seu caráter discriminatório e opressor do desenvolvimento, não se avançava na cooperação devido as mútuas desconfianças de seus regimes militares, e também uma rivalidade histórica e o desentendimento em relação a Itaipu. Nesse sentido, quando é solucionado o contencioso em 1979, traduzido no Acordo Tripartite de Cooperação Técnico-Operativa, o caminho para uma cooperação no âmbito nuclear e integração regional é aberto. No ano seguinte, é dado mais um passo em direção à cooperação na área nuclear com a assinatura do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Segundo o artigo VII, parágrafo 1 do acordo, "qualquer material ou equipamento fornecido por uma das Partes à outra, ou qualquer material derivado do uso daquele material ou utilizado em um equipamento fornecido em virtude deste Acordo só poderá ser utilizado para fins pacíficos"(ABACC, 2016), evidenciando as intenções pacíficas do uso da tecnologia, o que, também era notado pelo Tratado de Tlatelolco. Figueiredo deu continuidade na abertura política interna, bem como manteve as linhas de Geisel no plano externo, e deu o pontapé inicial para o processo de integração com a Argentina principalmente na questão nuclear (VIZENTINI, 2004). Contudo, o quadro internacional em que se deu sua gestão era desvantajoso para ser enfrentado: recessão econômica, recrudescimento da Guerra-Fria e o renascimento do liberalismo vivido nos governos de Thatcher (1979-1990) e Reagan (1981-1989) que demonstrava o declínio da velha ordem imposta pela bipolaridade. E é diante de tal quadro que ocorre a redemocratização.

José Sarney, içado à primeiro presidente após o processo de redemocratização e em razão da morte de Tancredo Neves, irá enfrentar uma mudança rápida que ocorria no Sistema

---

<sup>29</sup> O Acordo com a Alemanha previa a construção de 8 usinas nucleares.



Internacional devido a globalização e no plano interno a crise da dívida externa e alta inflação. Irá dar continuidade ao processo de integração regional e cooperação nuclear, seguindo as deixas do governo Figueiredo. Em 1985 foi assinada, com a Argentina, em ocasião da inauguração da Ponte Internacional Tancredo Neves, a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, que criava um trabalho conjunto entre os dois países no referido assunto. Em 1986, através da Ata de Integração Brasileiro-Argentina, foi estabelecido o Programa de Integração Econômica (Pice) e o Protocolo de Cooperação Nuclear (VIDIGAL, 2021; BATISTA, 2011). Nota-se, portanto, que não há, em razão da redemocratização, o encerramento do programa nuclear brasileiro mas existe uma vontade renovada de circunscrever as intenções pacíficas e disposições mais maleáveis para cooperação no âmbito, a nova Constituição Brasileira de 1988 tem papel fundamental para se entender as medidas e posições relacionadas à segurança nacional e aos regimes no geral que vão se desdobrar nas décadas de 1990. O Brasil através da Constituição, extingue o Conselho de Segurança Nacional, que tinha entre outras finalidades, ajudar na cassação de mandatos (JORNAL DO BRASIL, 2009) e em matéria nuclear, em seu Artigo 21, XXIII, determina que à União compete explorar os serviços nucleares *somente* para fins pacíficos e *mediante* aprovação do Congresso Nacional (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

Enfim, desde Geisel há um processo de abertura interna tímida, acompanhada com um estímulo ao multilateralismo; internamente também se caminha para o esgotamento do modelo de substituição de importações que está vinculado à forte presença do Estado na economia, e o que ficará mais visível no decorrer do governo de Figueiredo. A distância que abrangeu via de regra o regime militar brasileiro, com diferentes ênfases, aos poucos foi se desbotando. E, é na passagem para a democracia que notamos não uma mudança abrupta em relação aos regimes, e em especial ao instrumento do regime de não-proliferação: TNP, mas, uma aceitação orgânica dos novos tempos.

### **3. COM DESTINO A ADESÃO: O FIM DA GUERRA FRIA E O RE-SURGIMENTO DA ORDEM LIBERAL**

#### **3.1 FIO CONDUTOR DA SEÇÃO**

As transformações no Sistema Internacional com o enfraquecimento da Guerra Fria nas décadas de 80 e seu subsequente fim expresso na queda do muro de Berlim vão condicionar mudanças na política externa de diversos países, sobretudo aos situados à

margem do capitalismo, os países chamados terceiro-mundistas como o Brasil. A nova ordem internacional expressa na globalização e no modelo político-econômico liberal sustentava, supostamente, o horizonte de um ambiente mais auspicioso para o desenvolvimento econômico, simultaneamente acontecia a emergência dos temas *soft*, ligados à poderes relativos - capacidade de influência: direitos humanos, meio ambiente, minorias, populações indígenas, criminalidade, narcotráfico, etc, por conseguinte, “a importância relativa de cada país passa[va] a ser medida menos por seu peso militar ou estratégico, e mais por sua projeção econômica, comercial, científica ou cultural” (ABDENUR, 1994, apud VIGEVANI *et al*, 2003, p.33). Os anos pós-redemocratização serão marcados internamente por várias tentativas de estabilização monetária e a crescente dívida externa; nos anos 1990 a imagem do Brasil internacionalmente não era favorável—os temas *soft* significavam um obstáculo à própria autonomia—Collor (em sua breve presidência) irá seguir o Consenso de Washington, privatizações, abertura comercial e participação nos foros internacionais de meio-ambiente. Fernando Henrique Cardoso continuará a mudança que vinha ocorrendo na política externa moderadamente, neste novo Sistema Internacional a percepção era que a autonomia deveria ser buscada e exercida de outra forma, a adaptação dos parâmetros tradicionais da Política Externa e diplomacia Brasileira era essencial; as normas e regimes, se bem utilizados poderiam trabalhar em prol do País (VIGEVANI *et al*, 2003). FHC queria transformar o Brasil em um *global player*; e para isso, precisava *play by the rules*<sup>30</sup>. A adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear neste contexto surgia como algo orgânico em virtude da postura patrocinada pelo governo a fim de responder ao novo Sistema Internacional.

### 3.2 DESENVOLVIMENTO

“Casando os valores e as verdades intemporais, que os americanos sempre cultuaram, com as realidades do mundo atual, estamos forjando o início de uma direção fundamentalmente nova na política externa americana—uma política baseada na *explicação franca*, não apologética, das nossas inestimáveis *instituições livres* [...]” (REAGAN apud KISSINGER, 2012, p.718, grifo nosso)<sup>31</sup>

“Em um sentido irônico Karl Marx estava certo. Vemos hoje uma grande crise revolucionária, uma *crise onde demandas de ordem econômica conflitam diretamente com as de ordem política*. Mas não está acontecendo no Ocidente livre, não marxista, e sim no lar do marxismo-leninismo, a União Soviética [...] Super Centralizada, com nenhum ou muitos poucos incentivos, ano após ano a União Soviética despeja seus melhores recursos na confecção de meios de destruição. O constante encolhimento econômico, combinado com o crescimento da produção militar, está depositando uma carga excessiva sobre o povo soviético. Assistimos o caso de *uma estrutura*

<sup>30</sup> No idiomático brasileiro pode ser traduzido como “dançar conforme a música”

<sup>31</sup> Discurso feito à Legião Americana em 22 de Fevereiro de 1983.

*política que não corresponde mais à sua base econômica, de uma sociedade onde as forças produtivas são tolhidas pelas forças políticas” (REAGAN apud KISSINGER, 2012, pp.718-719)<sup>32</sup>*

Reagan em seus discursos, encarnou o espírito dos anos pós-Guerra Fria. O enfraquecimento da bipolaridade e seu fim subsequente, também seguido dois anos depois o desmantelamento da União Soviética (1991) aos olhos dos observadores do Sistema Internacional e formuladores de políticas externas era injustificável desvencilhar da potência hegemônica vencedora do conflito seu modelo econômico e político, da mesma forma que não se podia deixar de notar o aparente fracasso da potência cujo modelo econômico e político era o socialismo. O conflito Leste-Oeste se fundamentava neste antagonismo, capitalismo versus socialismo. O colapso da ordem bipolar significava a vitória de um modelo sobre o outro, ou ao mínimo foi o que a história convencionou a contar. À luz do quadro geral que se formou, que enfatizava o sucesso do modelo econômico-político liberal seguido pelos Estados Unidos e o fracasso do modelo econômico-político desenvolvimentista sustentado pelo Estado com enfoque na área militar, era entendido por todos os outros Estados, especialmente os países terceiro-mundistas que enfrentavam crises de ordem política tanto quanto econômica, como o Brasil e seus pares latinos, a necessidade de mudar de estratégia, e o modelo a ser seguido deveria partir de Washington.

Até então, o Brasil para empreender seus interesses—econômicos, políticos, etc—deveria se portar de forma distante do conflito ideológico pois era a forma de garantir sua autonomia. Uma participação proativa em qualquer assunto poderia comprometê-lo com um dos lados, dificultando negociações potencialmente benéficas e posturas de oposição ao seu bloco, limitando sua atuação. Quando a Guerra Fria acabou, e com isso o fim da bipolarização ideológica e a vitória do modelo capitalista liberal a “participação não mais implicava em alinhamento, abrindo espaço para discordâncias e defesa dos interesses nacionais, ainda que em contraposição aos das grandes potências” (BATISTA, 2011) logo, o Brasil se via na exigência de atualizar suas relações formais com os Estados Unidos e modificar seu perfil de país de terceiro-mundo. Esse objetivo demandou pensar as pendências, que prejudicavam a obtenção de investimentos e cooperação (TEIXEIRA, 2007).

Para os países periféricos como o Brasil, que estava lutando com crise da dívida externa—ironicamente, uma das razões seria o aumento dos juros norte-americanos em razão dos empréstimos tomados—com um processo inflacionário e também a péssima credibilidade nos assuntos que tangem a direitos humanos, meio ambiente, narcotráfico e segurança

---

<sup>32</sup> Discurso feito na Royal Gallery, Câmara dos Lordes, em Londres, em Junho de 1982.

internacional—temas que emergiram na nova agenda internacional e eram levados em consideração para cooperação—considerar as medidas liberais do Consenso de Washington<sup>33</sup> e se adequar aos regimes internacionais era a alternativa para desenvolvimento e inserção internacional, bem como as *condições* para renegociação das dívidas, e recebimento de recursos pelos países desenvolvidos (BATISTA, 2011; VIDIGAL, 2021). O contexto em que Collor assume a presidência é de grande instabilidade econômica e descredibilidade internacional. Desde Figueiredo existe um aprofundamento da crise econômica que não foi superada no governo Sarney. Este fato gera descrédito no modelo econômico em vigor, e a crescente necessidade de uma inserção profunda e participativa na economia mundial, promover privatizações, retirar o Estado da economia, eliminar as políticas protecionistas; adotando os princípios do Consenso de Washington (FAUSTO, 2002; BATISTA, 2011). Por conseguinte, é isso o que Collor irá seguir em sua política externa. Além da inserção brasileira na economia mundial e integração regional, dar-se-ia início uma busca para se aproximar dos Estados Unidos, o que pressupunha retirar obstáculos que dificultavam tal aproximação, uma delas o regime de não-proliferação nuclear. Cabe aqui um trecho do discurso do presidente eleito em 1990:

O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo, e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a nação dos tempos novos em que vivemos. *A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização.* A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudonacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto-suficiência. Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo. Essa disposição de abertura, associada ao combate eficaz à inflação e à superação da crise econômica no País, virá acompanhada de regras claras, que garantam a quantos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança. A política externa de meu governo há de incorporar as melhores vocações diplomáticas brasileiras. A contribuição para a paz e a justiça será permanente. A luta pelo desenvolvimento orientará a todo tempo a ação externa da República. (COLLOR, 1990, in: SENADO FEDERAL, 2008, p.14)<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> “Mais do que isso e graças também ao efeito da onda neoliberal da era Reagan, os Estados Unidos lograram o que vinham tentando há décadas: substituir na teoria e na prática as teses da CEPAL e da UNCTAD pelo “consenso de Washington” sobre desenvolvimento. Redução do tamanho e das funções do Estado, privatização, abertura do comércio exterior, liberalização da economia, eliminação do déficit, saneamento anti-inflacionário são os ingredientes da receita que deve gerar o clima favorável aos capitais privados nacionais e estrangeiros, aos quais se passa a atribuir o papel de liderar o desenvolvimento” (RICUPERO, 2006, p.74)

<sup>34</sup> Discurso de posse de Collor realizado perante o Congresso Nacional em 15 de Março de 1990.

Como as questões econômicas dos países periféricos solaparam qualquer outra questão, como as de segurança, no final do século XX, a renúncia da política de poder foi uma estratégia de Collor para sinalizar o comprometimento do país com a nova ordem mundial. E é observado por seu discurso a crença do presidente neste curso de ação. Nesse sentido, a primeira atitude de Collor em relação ao programa nuclear brasileiro ocorreu com o fechamento do poço situado na Serra do Cachimbo, Pará, em 1990, que serviria para testes nucleares (VIDIGAL, 2021). Em Novembro do mesmo ano, ele dá continuidade aos acordos que vinham sendo feitos em matéria nuclear com a Argentina assinando a Declaração sobre Política Nuclear Comum ou Declaração Conjunta de Fiscalização Mútua<sup>35</sup>.

No ano seguinte, na I Cúpula Ibero-Americana, Brasil e Argentina assinaram o Acordo para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, o que significou, uma conversão na política nuclear Brasileira, e o ápice de uma cooperação na área nuclear. Esse Acordo não só estabelecia uma agência binacional de controle de materiais nucleares, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC), como também, reconhecia a renúncia das partes à realização de testes de *qualsquer* artefatos nucleares, algo que nenhum governo brasileiro havia cedido (BATISTA, 2011; BINS, 2010). Em dezembro do mesmo ano, Brasil, Argentina, ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica assinam o Acordo Quadripartite, consolidando acordos de salvaguarda submetidos à AIEA, um desdobramento significativo das atitudes tomadas até então, pois se colocava finalmente sob o auspício da AIEA. Outro desdobramento é a adesão ao Tratado de Tlatelolco sem as ressalvas do artigo 18, já no governo de Itamar Franco em 1994. Em suma, o breve período de Collor na presidência promoveu mudanças significativas na política externa brasileira, que se adequaram à nova onda liberal na passagem da ordem bipolar. Segundo Vidigal (2021) a lógica da política externa brasileira do governo Collor pode ser entendida como “política de concessões prévias”, isto é, aderir às diretrizes do Consenso de Washington, renunciar ao projeto nuclear autônomo seria concessões feitas para obter vantagens, que potencialmente,

---

<sup>35</sup> Essa declaração tinha a finalidade de demonstrar a intenção e decisão dos países em aprofundar o processo de integração já iniciado nos governos anteriores pelas Declarações Conjuntas sobre Política Nuclear de Foz do Iguaçu (1985), Brasília (1986), Viedma (1988) e Ezeiza (1968); também irão 1) aprovar o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) aplicado à todas as atividades nucleares de ambos os países; 2) estabelecer intercâmbios de listas descritivas das instalações nucleares, inventários de materiais existentes, inspeções recíprocas, e apresentação à AIEA os relatórios do SCCC; 3) empreender negociações com a AIEA para uma celebração de um Acordo Conjunto de Salvaguardas que tenha como base o SCCC; finalmente, “4) Tomar, uma vez concluído o Acordo de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica, as iniciativas conducentes a possibilitar a entrada em vigência plena do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco) no que concerne os dois países, incluindo as gestões tendentes à atualização e aperfeiçoamento do seu texto.” (ABACC, 2016)

deveriam ser proporcionais à “esperança brasileira, mas também do perfil econômico-político de um país acomodado à condição semiperiférica” (p.116).

Ao longo das décadas de 1990 os temas relacionados ao *soft power* recrudesceram, à vista disso, não é esperado uma quebra da postura de maior participação nos foros internacionais que já vinham ocorrendo. Fernando Henrique Cardoso vai dar continuidade ao processo que se intensificou após a redemocratização, especialmente no governo Collor: a abertura do Brasil ao mundo e as adequações ao novo sistema internacional. A política externa, por conseguinte, seguirá adotando uma agenda positiva ao invés de reativa, também aprofundando o Universalismo e a atenuação de tensões com os Estados Unidos (BATISTA, 2011), Segundo Vigevani *et al.* (2003) a diferença é o modo pragmático com que Fernando Henrique Cardoso irá lidar com os temas. Na busca da credibilidade internacional, a estabilização da economia e a adesão aos regimes internacionais eram os meios, mas isso não significaria adotar uma posição passiva em relação aos regimes que se formavam, cada um seria encarado na balança dos custos-benefícios.

Nesse sentido, a ingenuidade da reciprocidade internacional observada no governo Collor, isto é, a de que se os países se adequassem aos regimes internacionais e às políticas econômicas heterodoxas haveria disposição de cooperação internacional, se desfaz no governo FHC. Por isso, dever-se-ia agir com moderação, pois cada ação demandaria seu ônus; na literatura, o período iniciado com Collor, se estendendo ao governo de FHC é tratado como uma dança dos paradigmas devido aos *movimentos* ora liberais, ora desenvolvimentistas, o que aparenta expressar incoerência. Para Vidigal (2021), no entanto, a *coexistência* das diversas correntes paradigmáticas, em perspectiva histórica, eram reflexo das diversas opiniões dentro do debate político interno sobre o momento atual do país:

[...] a aproximação dos interesses norte-americanos, e o receio em relação a essa aproximação, a valorização dos laços com os vizinhos sul-americanos e o desejo de estreitar relações bilaterais com os Estados Unidos e a abertura às forças econômicas globais simultaneamente à manutenção de privilégios internos não eram medidas confusas, mas vacilações típicas de um país situado na periferia do capitalismo (VIDIGAL, 2021, p.119).

A política externa de FHC priorizou o multilateralismo, as relações com os países desenvolvidos e as relações com a América do Sul (BATISTA, 2011), isso constituía a estratégia do *global player* (VIGEVAANI *et al.* 2003), o objetivo era expandir sua participação no sistema internacional, tentando influenciar a partir de dentro, em prol dos interesses brasileiros.

Na perspectiva de FHC, também de Lampreia e de Lafer, a visão de futuro era fundamental diante de um ambiente desfavorável, contra o qual a diplomacia deveria atuar a longo prazo, buscando adaptar-se às mudanças. O objetivo não seria a *adaptação passiva, mas, no limite do próprio poder*, articulado com o interesse de outros estados e forças, o de redirecionar e reformar o ambiente, buscando a possibilidade de participação nos assuntos internacionais por meio da elaboração de regimes mais favoráveis aos interesses brasileiros. Regimes internacionais que, “mesmo não sendo ideais, representam um inequívoco aprimoramento na matéria” (VIGEVANI *et al.*, 2003, p. 4)

Na área de segurança internacional tal estratégia não era diferente, as décadas pós Guerra-Fria viram o renascer da ideia idealista na área de defesa, de forma que uma segurança coletiva, pautada em normas cujo todos os Estados seguissem era a opção dos Estados de menor poder material garantirem sua própria segurança e não serem excluídos do debate. Não que a segurança nacional tivesse grande relevância para o Brasil, aliás, o país não se situava em uma região conflituosa, e não possuía nenhuma escaramuça continental ou extracontinental. No plano interno, o Brasil já havia feito mudanças neste contorno, através da Constituição de 1988 extinguindo o Conselho de Segurança Nacional que vigorou no Regime Militar, esforços para submeter às forças armadas ao poder civil em Collor, o que continua com o Plano de Defesa Nacional de Fernando Henrique, em 1996. A adesão, por conseguinte, aos regimes internacionais relacionados ao desarmamento melhoraram a imagem do país, o que FHC estava interessado em obter. A adesão ao TNP, à vista disso, deveria ser pensada pragmaticamente.

Segundo Teixeira (2007) em tal conjuntura, a diplomacia brasileira deparava-se com um dilema, pois configurava-se a realidade na qual o Brasil não era signatário do TNP, mas integrava totalmente o regime do qual era instrumento. As motivações pacifistas sobre o desenvolvimento nuclear haviam sido exploradas no regime militar, e foram circunscritas na década de 1990 à Constituição Federal de 1988. A aproximação com a Argentina desde o governo de Geisel e Figueiredo que foi explorada por Collor, e intensificada nos anos 90 com os acordos no âmbito nuclear: o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, comprometeu as duas nações a “proibir e a impedir, em seus respectivos territórios, bem como a abster-se de realizar, fomentar ou autorizar, direta ou indiretamente, ou de participar de qualquer maneira no teste, uso, fabricação, produção ou aquisição, por qualquer meio, de qualquer dispositivo nuclear explosivo[...]” (ABACC, 2020, p.2). Em 1994 o Brasil aprovou e ratificou o Tratado de Tlatelolco dispensando as exigências do artigo 18. Em 1995 ingressa no Regime de

Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) - que o fazia comprometer com a não produção ou qualquer desenvolvimento de armas de destruição em massa e também mísseis de alcance superior a 300 km. Em Abril do ano seguinte tornou-se membro do Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG - Nuclear Suppliers Group) e ainda no mesmo ano, no mês de setembro o Brasil assinou o Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT). Finalmente, as novas adesões que ocorreram ao fim do século XX, inclusive da Argentina, vão influenciar na decisão de aderir ao TNP-que ocorre em 1998- pois tornava o tratado que dispunha da maioria das nações participantes da ONU e colaborou “para o aumento da sensação de isolamento político” (TEIXEIRA, 2007, p.95).

A mudança que foi batizada por *autonomia pela participação* já estava em construção desde a redemocratização, e torna-se mais notória nos governos civis de Collor e especialmente FHC. A troca da postura mais reativa, que perdurou ao longo e devido à Guerra Fria foi gerada em virtude da interpretação, pelos responsáveis pela política externa, das mudanças no Sistema Internacional pós Guerra-fria e da certeza de que a não participação nessa nova ordem que surgia levaria ao isolamento internacional (TEIXEIRA, 2007). Melhor dizendo, é possível observar que as medidas proativas em relação aos regimes, e normas de conduta tinham em vista uma promoção de seus interesses. Regionalmente era necessário buscar mais cooperação sul-sul, que garantisse não só autonomia do Brasil como papel de liderança, fortalecendo o Mercosul; e, aliar uma participação ativa no sistema internacional à custo-benefício, o que implica na mudança à resistência ao TNP (VIGEVANI *et al.* 2003). A resistência ao TNP era mais custosa para o Brasil, visto que de facto eles já participavam do regime e manter a decisão não seria interessante para o novo tempo em que o Brasil se encontrava, era mais interessante influenciar através da participação do Tratado e portanto participando dos debates ‘de dentro’, ao invés de insistir em uma posição que não traria vantagens ao país. Ao fim é o pragmatismo, traço também tradicional da Política Externa e diplomacia brasileira, que leva a adesão ao Tratado em 1998 por pesar na balança custo-benefício a decisão potencialmente mais frutífera.

### **Considerações Finais:**

A reorganização da ordem mundial a partir de meados da década de 1980, tal como as próprias mudanças internas pelas quais passou o Brasil, e.g. a redemocratização, aprofundamento da dívida externa, inflação descontrolada, dão forma, a uma gradual re-adequação dos parâmetros na política externa brasileira. Dá-se, com efeito, a orientação



para uma agenda mais positiva no que tange aos regimes internacionais, e no tocante ao nosso trabalho, especialmente aos regimes na área de segurança, pois o momento histórico apontava para uma reestruturação baseada nas normas e cooperação, originadas com a intensa globalização iniciada nos anos 1970. Entender a nova estrutura mundial e as circunstâncias internas esclarece a readequação das estratégias de política externa, e a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Conforme observado, a busca pelo domínio da tecnologia nuclear, desde meados da década de 40, para o Brasil, continha propósitos desenvolvimentistas. A insistência fervorosa por um projeto autônomo encontrava respaldo na concepção de que a revolução do átomo seria a superação do subdesenvolvimento. Essa procura tão cara pelo progresso do país, expressa na tecnologia nuclear, sempre foi, oficialmente, feita em termos pacíficos. Por isso a recusa ao Tratado de Não-Proliferação significava a recusa em subordinar seu país ao subdesenvolvimento aos caprichos das superpotências da época, que desejavam congelar uma estrutura de poder assimétrica e cujo desenvolvimento alhures dependeria da complacência dos estados periféricos ao seu respectivo bloco de influência, salvaguardando seu direito de desenvolver de forma autônoma a ciência do átomo, o que o regime de não-proliferação e o Tratado circunscrevia. A adesão ao TNP no fim dos anos 1990, inclusive, não aniquilou no discurso dos diplomatas brasileiros a posição contrária ao seu caráter discriminatório.

Logo, o fim do antagonismo Leste-Oeste, levou os países a reavaliarem suas políticas externas a fim de sobreviver e buscar seus interesses na nova ordem em que se sobressaiu a nação cujo modelo político-econômico era o liberal. Tal modelo também prefigurava algumas outras condições: democracia, direitos humanos, regimes internacionais. O retorno à democracia no que tange ao Brasil, foi de fundamental importância para a adequação no período que se despontava, pois representava, pelo menos como “lei para inglês ver”, uma quebra dos padrões seguidos por um regime autoritário, por conseguinte sua visão do país e suas políticas internas e externas para alcançá-la. A abertura política e econômica que vinham sendo desenhadas desde o final da década de 1970 ganha impulso na passagem para a democracia. Em seu discurso de posse, FHC afirmava a necessidade de mudanças que garantisse uma participação mais ativa do Brasil no mundo. O ministro das relações exteriores Lampreia, concebia que essas mudanças deveriam ocorrer através da “promoção do país e de sua completa adesão aos regimes internacionais” (VIGEVANI *et al*, 2003, p.36), um padrão anti isolacionista que pode ser observado também no discurso de Collor, em sua posse em 1990. A adesão aos regimes não seria vista como uma forma de subjugar o país, antes fortalecê-lo. A lógica por trás deste pensamento era a crença de que normas universais,

seguidas, inclusive, pelas potências, agiriam em benefício de países com poderes relativos. Com efeito, o governo de FHC irá, portanto, ressignificar o conceito de autonomia, “ao invés de uma autonomia isolacionista, uma autonomia articulada com o meio internacional” (LAMPREIA, 1999 apud VIGEVANI *et al.* 2003, p.37-38). Segundo Fonseca Jr. (1998), no ambiente pós-Guerra Fria a autonomia, não implicava em se distanciar dos temas polêmicos para se resguardar de um alinhamento indesejável, mas sim, em influenciar a agenda internacional para que as normas, as regras, logo, regimes, trabalhassem a favor do Brasil.

Por este ângulo, existiu, principalmente durante o Regime Militar brasileiro grande ênfase no conhecimento nuclear em razão de seu potencial científico-tecnológico que levaria o progresso, o desenvolvimento ao país, conforme completa-se a mudança no cenário político interno e externo e as percepções indicam que área nuclear se torna um tanto quanto rasa para este fim em comparação com os novos arranjos do Sistema Internacional, especialmente no âmbito econômico, levando em conta que a política externa foi subjugada a seus interesses internos, como escreve Wrobel (1996) esses regimes, especialmente os de segurança tornam-se mais palatáveis aos países, e a mudança de uma atitude crítica frente ao TNP vai dando espaço para uma atitude mais favorável, de forma orgânica, que culmina ao abandono da resistência à adesão ao tratado no governo de FHC.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABACC. Acordo de Cooperação entre Brasil e Argentina para desenvolvimento e a aplicação dos Usos pacíficos da energia nuclear.2016.** Disponível em:  
<https://www.abacc.org.br/en/wp-content/uploads/2016/09/Acordo-de-Coopera%C3%A7%C3%A3o-entre-Brasil-e-Argentina-para-Usos-Pac%C3%ADficos-da-Energia-Nuclear.pdf>.  
Acesso em: 1 Maio 2021

**ABACC. Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina.2016.** Disponível em:  
<https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Pol%C3%ADtica-Nuclear-Comum-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 1 Maio 2021

**ABACC. Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear.2020.** Disponível em:  
<https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Acordo-Bilateral-original-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em 1 Maio 2021

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (coords.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento modernização e política externa.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2006, vol. I.

ATOMICARCHIVE.COM. **The Baruch Plan. 1946.** Disponível em: <https://www.atomicarchive.com/resources/documents/deterrence/baruch-plan.html>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

ATOMIC HERITAGE FOUNDATION. **The Manhattan Project. May, 12, 2017.** Disponível em: <https://www.atomicheritage.org/history/manhattan-project>. Acesso em: 10 Abr. 2021.

BATISTA, Gabriela Ferro Firmino. **Política Externa Brasileira e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP): da resistência à adesão.** 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BINS, Fernando Henrique Escobar. Os instrumentos jurídicos de salvaguardas nucleares instituídos pelo acordo para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear entre Brasil e Argentina. **Direito&Justiça**, [S.I], v. 36, n. 2, p. 162-179, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/9089>. Acesso em: 1 Maio 2021.

CARDOSO, Fernando H. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. In: **Revista Brasileira de Política Internacional** 44(1): 5-12 [2001]

CASTRO, J. A. de Araújo. Fundamentos da paz internacional: balança de poder ou segurança coletiva. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 13 (49-50): 7-23, março/junho 1970.

CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** 2ª. Ed. Brasília: Ed. Unb, 2002.

CNEN. **Biblioteca Digital Memória da CNEN. Preservação do Conhecimento. 2021.** Disponível em: <http://memoria.cnen.gov.br/memoria/Cronologia.asp?Unidade=Brasil>. Acesso em: 29 Abr. 2021

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** 2a. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FONSECA JR, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FGV CPDOC. **Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1952). 2021.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952>. Acesso em: Abril 2021

JORNAL DO BRASIL. **Constituinte extingue Conselho de Segurança Nacional.2009.** Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/107911/1988\\_01%20a%2009%20de%20Abril\\_065.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/107911/1988_01%20a%2009%20de%20Abril_065.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 3 Maio 2021

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** São Paulo: Saraiva, 2012. Tradução Saul S. Geftter, Ann Mary Fighiera Perpétuo, tradução revista Heitor Aquino Ferreira.

KRASNER, S. Structural causes and regime consequences: regime as intervening variables. In: **International Organization** 36, 2, Spring 1982, pp. 1-21.

LAMAZIÈRE, George. O conceito de regime internacional e o regime de não proliferação de armas de destruição em massa. In: **Política Externa**. V.4, n. 4, p. 83-109, mar/maio 1996.

LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique A. de. **História das Relações Internacionais do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

LUIZ, Juliana Ramos. A política externa do regime militar: entre o ranço ideológico e a atuação pragmática.. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from:  
<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000200040&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200040&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 4 Maio 2021.

MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar. **Discursos Selecionados do Presidente Jânio Quadros**. 2010. Funag - Brasília

NORDYKE, Milo D. **The soviet program for peaceful uses of nuclear explosions.1996**. Disponível em:<https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc677673/m1/4/>. Acesso em: 09 Abr. 2021

PARLAMENTO EUROPEU. **Tratado EURATOM. 1957**. Disponível em:  
<https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/euratom-treaty>. Acesso em: 09 Abr. 2021

PIMENTA, G. F. Política externa do governo Geisel (1974 – 1979): análise realista neoclássica. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 3, n. 2, p. 203-224, 15 set. 2016.

PLANALTO. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 Maio 2021

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (coords.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento modernização e política externa**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2006, vol. I.

ROSA, Luiz Pinguelli. Da gênese da bomba à política nuclear brasileira. In: ARNT, Ricardo. (Org.). **O armamentismo e o Brasil: a guerra deles**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SENADO FEDERAL. **O Brasil aberto ao mundo: discurso de posse na Presidência da República. 1990.2021**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243041>. Acesso em: 4 Maio 2021

SOUZA, Luis Felipe Sposito de; CARMO, Corival A. do. A Política Nuclear Brasileira e a Adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (1964-1998). In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - CONIC - SEMESP, 8., 2008, Valinhos. **Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente**. [S.I.]: Conic-Semesp, 2009. v. 12, p. 387-416.

TEIXEIRA, Démia Baracho. **A influência dos EUA sobre a adesão brasileira ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

UNITED NATIONS. **Resolutions Adopted on the reports of the first committee**. Disponível em: [http://undocs.org/en/A/RES/1\(I\)](http://undocs.org/en/A/RES/1(I)). Acesso em: 4 mai.2021

UNITED STATES NUCLEAR REGULATORY COMMISSION. **Atomic Energy Act of 1954, as Amended in NUREG-0980. 2021**. Disponível em: <https://www.nrc.gov/about-nrc/governing-laws.html#atomic>. Acesso em: 10 Abr. 2021

USAID. **Foreign Assistance Act. 1961**. Disponível em: <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1868/faa.pdf>. Acesso em Abril 2021

US. DEPARTMENT OF STATE. **Treaty Banning Nuclear Weapon Tests in the Atmosphere, in Outer Space, and Under Water.1963**. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/199116.htm>. Acesso em: 28 Abr. 2021.

USLAW.LINK. **Atomic Energy Act. 1946**. Disponível em: <https://uslaw.link/citation/us-law/public/79/585>. Acesso em: 3 Maio 2021

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Autonomia, Universalismo e Sul-americanização (1961-1989). In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique A. de (org.). **História das Relações Internacionais do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Cap. 5. p. 81-112.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. O Brasil no Mundo Globalizado. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique A. de. **História das Relações Internacionais do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Cap. 6. p. 113-147.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Desenvolvimento, Autodeterminação e Latino-Americanismo (1930-1961). In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique A. de. **História das Relações Internacionais do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Cap. 4. p. 57-80.

VIGEVANI, Tullo. Os militares e a política externa brasileira: interesses e ideologia. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de Castro (coords.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, vol I.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. (2003), “Política Externa do Governo FHC: A busca de Autonomia pela Integração”. In: **Tempo Social**, v.15, n.2, pp.31-61.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política exterior do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma Potência Média**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b.

WILLIAMS, Robert C; CANTELON, Philip L. (editors). **The American atom: a documentary history of nuclear policies from the discovery of fission to the present**. 1939-1984. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1984.

WROBEL, Paulo S. **A questão Nuclear nas relações Brasil-Estados Unidos**. Dissertação de Mestrado. IUPERJ. Rio de Janeiro. Maio 1986.

WROBEL, Paulo S. O Brasil e o TNP: resistência à mudança? In: **Contexto Internacional**. V.18, n.1, pp.143-156, jan/jun 1996.

WROBEL, Paulo S. A diplomacia nuclear brasileira: a não-proliferação nuclear e o Tratado de Tlatelolco. In: **Contexto Internacional**, vol.15, nº1, janeiro/junho 1993, pp.27-56